



GEDES

**Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional**

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 5/2017

Período: 04/03/2017 – 10/03/2017

GEDES - UNESP

- 1- Em livro, jornalista analisou a atuação da Marinha do Brasil em países da América Latina e da África
- 2- Presidente da República enviou as Forças Armadas para atuar na BR-163
- 3- Indicações de oficiais da polícia civil para cargos do Ministério da Defesa foram questionadas
- 4- Relatórios das Forças Armadas indicaram risco de aumento do tráfico de armamentos nas fronteiras brasileiras
- 5- Ex-ministro da Marinha demonstra preocupação pela indiferença às Forças Armadas
- 6- Justiça Federal rejeitou denúncia por estupro contra ex-militar
- 7- Forças Armadas apreenderam mais de 2 mil armas brancas em presídios
- 8- Presidente Michel Temer comentou utilização de Forças Armadas na segurança pública

1- Em livro, jornalista analisou a atuação da Marinha do Brasil em países da América Latina e da África

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Fábio Zanini publicou o livro "Euforia e Fracasso - Política Externa e Multinacionais Brasileiras na Era Lula", no qual trata, entre outros temas, da atuação da Marinha nos países da América Latina e da África, sob a ótica da política externa do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). De acordo com periódico, a construção das forças marítimas da Namíbia, pela Marinha brasileira, é um exemplo de que a "penetração brasileira nos países africanos e latinos foi uma espécie de parceria público-privada". (*Folha de S. Paulo – Mundo – 04/03/17*)

2- Presidente da República enviou as Forças Armadas para atuar na BR-163

Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Michel Temer, enviou as Forças Armadas para atuarem no trecho da rodovia BR-163 que liga Sinop (estado do Mato Grosso) ao porto fluvial de Miritituba (estado do Pará), no qual o fluxo de veículos estava bloqueado. De acordo com *O Estado*, as Forças Armadas atuaram na distribuição de 46 toneladas de água e 3 mil cestas básicas aos caminhoneiros que ficaram retidos na rodovia em virtude da falta de condições de tráfego na pista. Em nota, Temer informou que montou um grupo composto pelos Ministérios da Defesa, Justiça, Agricultura, Casa Civil e

Transportes, Portos e Aviação Civil para atuar na liberação do tráfego na rodovia. (O Estado de S. Paulo – Economia – 04/03/17)

3- Indicações de oficiais da polícia civil para cargos do Ministério da Defesa foram questionadas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a indicação dos oficiais da Polícia Civil do Distrito Federal, Marcello de Oliveira Lopes e Welber Lins de Albuquerque, para cargos estratégicos no Ministério da Defesa colocaram em alerta o setor de inteligência das Forças Armadas. Supostamente indicados pela deputada distrital Celina Leão, ambos são investigados por suspeitas de envolvimento em casos de corrupção no Distrito Federal. A parlamentar atribuiu as nomeações ao chefe da pasta, o ministro Raul Jungmann, também do Partido Popular Socialista (PPS), o que foi confirmado posteriormente em entrevista concedida ao *Correio*, pelo diretor-geral da Polícia Civil, Eric Seba. Os dois agentes da Polícia Civil refutaram qualquer relação partidária e garantiram que estavam realizando trabalhos estritamente acadêmicos dentro do ministério da Defesa. No entanto, o *Correio* informou que os dois agentes deixaram os cargos no Ministério da Defesa no dia 08/03/17. Lopes e Albuquerque eram, respectivamente, chefe de gabinete do diretor do Instituto Pandiá Calógeras e assistente da Assessoria Técnica da Secretaria de Controle Interno. A deputada federal Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores (PT-DF), pediu esclarecimentos formais sobre o caso ao ministro da Defesa, Raul Jungmann. “É prática do Ministério da Defesa o acolhimento de indicações políticas para o exercício de funções em postos estratégicos?”, questionou a deputada. Além disso, Kokay afirmou que apresentará um requerimento para convocar Jungmann à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O ministério da Defesa preferiu não se pronunciar. (*Correio Braziliense* – Política – 05/03/17, *Correio Braziliense* – Política – 06/03/17; *Correio Braziliense* – Cidades – 09/03/17)

4- Relatórios das Forças Armadas indicaram risco de aumento do tráfico de armamentos nas fronteiras brasileiras

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, relatórios recentes das Forças Armadas expressaram preocupação com a possibilidade de aumento no tráfico de armamentos nas fronteiras brasileiras. Segundo o responsável pelo Comando Logístico da Força, general de Exército Theophilo Gaspar de Oliveira, os ex-combatentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) têm enviado armamentos ao Brasil através do tráfico. Oliveira acrescentou que “essas armas vão parar nos grandes centros urbanos e criam maior dificuldade para se combater o crime organizado”. Outra fonte de preocupação para o general são as armas que atravessam as fronteiras com a Venezuela, tendo em vista que o país vizinho “está enfrentando a maior crise econômica e social da sua história, esses homens vendem suas armas para o Brasil”. Além do tráfico de armamentos, o *Correio* afirmou que as fronteiras brasileiras são permeáveis ao tráfico de recursos minerais e da fauna e da flora nacionais. (*Correio Braziliense* – Brasil – 05/03/17)

5- Ex-ministro da Marinha demonstra preocupação pela indiferença às Forças Armadas

Em coluna opinativa do periódico *O Estado de S. Paulo*, o almirante da reserva e ex-ministro da Marinha, Mário Sérgio Flores, demonstrou inquietação em relação à apatia dispensada às Forças Armadas pelo grande público e pela elite política e intelectual brasileira. Segundo o almirante, a Defesa no Brasil “se tornou preocupação superada”, sendo ignorada pela mídia e pensada “discretamente” pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados e do Senado Federal e pelo Ministério das Relações Exteriores. A ausência de manifestações por instituições de estudos políticos e estratégicos nas universidades brasileiras também foi criticada. Nesse sentido, Flores lembrou a opinião do Barão do Rio Branco sobre o preparo militar como respaldo para a solução pacífica de disputas fronteiriças e a do ex-ministro das Relações Exteriores, José Serra, à ocasião de sua campanha eleitoral para a presidência da República, quando afirmou que “país pacífico não é país desarmado”. Flores, ao descrever a conjuntura atual como “indiferença generalizada”, atentou para situações recorrentes nos últimos tempos, que, em sua opinião, configuram as Forças Armadas como uma polícia de fronteira, costeira e de restabelecimento da ordem interna. Demonstrou preocupação igualmente com as dificuldades financeiras por que passa a instituição, advindas da recessão econômica e da austeridade, as quais constroem o plano e execução do preparo militar à definição de prioridades. De acordo com Flores, a defesa nacional depende de conhecimento técnico-profissional indisponível para capacitar-se tecnologicamente, bem como apoiar e intervir em órgãos multilaterais aos quais o Brasil é associado, a exemplo da Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. O almirante concluiu a coluna afirmando que o Estado Brasileiro deve contar com o aval da população civil para dispor de poder militar compatível a seu nível potencial de atuação internacional. (*O Estado de S. Paulo – Opinião – 07/03/17*)

6- Justiça Federal rejeitou denúncia por estupro contra ex-militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Justiça Federal rejeitou uma denúncia contra o ex-militar Antonio Waneir Pinheiro Lima, o Camarão, acusado de torturar e estuprar a presa política Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte, centro de tortura clandestino do regime militar (1964-1985), instalado na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Presa sob acusação de ter participado do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, Inês, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi mantida por 96 dias na Casa da Morte, entre maio e agosto de 1969. Na sentença, o juiz Alcir Luiz Lopes Coelho, da 1.ª Vara Federal de Petrópolis, disse que não há provas contra o acusado, mas apenas relatos de Inês, feitos oito anos depois do crime. Lembra ainda que ela foi condenada à prisão perpétua pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para Coelho, a denúncia “fere o direito da dignidade humana” do acusado, por não levar em conta a anistia nem a prescrição do crime, ocorrido em 1971. O juiz ainda comparou o grupo de Justiça de Transição do Ministério Público Federal, que investiga crimes cometidos na ditadura militar, a “um simulacro de tribunal de exceção”. A decisão, tornada pública no Dia Internacional da Mulher, 08/03/17, deixou “perplexa” a irmã de Inês Etienne, Celina Romeu. “É o velho machismo de sempre. Eles mataram Inês diversas vezes: seu corpo, sua reputação. Agora é a palavra dela que não vale nada”, afirmou. “Quanto ao juiz, tenho pena por ele ser pessoa tão pequena. Ele

não julgou uma ação. Tomou uma posição política”. Inês Etienne Romeu foi libertada da Casa da Morte porque seus captadores acharam que ela havia sido “convertida”. Ela cumpriu 8 anos de prisão e denunciou o centro de tortura. A partir dos seus relatos, foi possível identificar a Casa da Morte e militares que participaram das torturas em Petrópolis. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/03/17)

7- Forças Armadas apreenderam mais de 2 mil armas brancas em presídios

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas encontraram mais de 2 mil armas brancas nos dez presídios onde foram realizadas buscas nos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul, durante o primeiro mês da Operação Varredura. Dentre as armas encontradas, havia facas, facões, barras de ferro, celulares e até estações de radiotransmissão. Cerca de quatro mil homens da Marinha e do Exército participaram das dez primeiras operações, realizadas desde 06/02/17 em parceria com a Secretaria de Segurança dos Estados. Durante as varreduras, os militares utilizaram instrumentos de detecções, os mesmos que foram empregados em grandes eventos realizados no país, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de 2016. Para o ministro da Defesa, Raul Jungmann, a ação das Forças Armadas têm por objetivo "complementar a atuação dos órgãos de segurança pública neste momento de tensão". Para ele, "mesmo com a duração de um ano da Operação Varredura, é importante que as autoridades locais deem seguimento a ações desta natureza, tornando as vistorias algo permanente, incluindo a implementação de medidas preventivas contra o ingresso de material ilícito nos estabelecimentos prisionais". Novas operações semelhantes serão realizadas, uma vez que, com base na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), as tropas federais estão autorizadas a realizar este tipo de atividade, até o final de 2017. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 09/03/17)

8- Presidente Michel Temer comentou utilização de Forças Armadas na segurança pública

Em entrevista ao periódico *Correio Braziliense*, o Presidente da República, Michel Temer, afirmou que pediu em reunião com os comandantes militares e o ministro da Defesa, Raul Jungmann, a intervenção das Forças Armadas em presídios e a presença de militares nos estados de Amazonas, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, pois “se até a PM estava aquartelada, a situação poderia ficar ainda mais grave”. Temer afirmou que ao perguntar a opinião dos comandantes militares sobre o envio de tropas ouviu “o senhor é o comandante-chefe, não é? O que o senhor decidir nós faremos”. O presidente lembrou a utilização de 38 mil militares nos Jogos Olímpicos da cidade do Rio de Janeiro de 2016 e afirmou que “as Forças Armadas foram para os estados resolver os problemas, mas eles não podem ficar permanentemente. Passada a crise, eles saem”. (Correio Braziliense – Política – 10/03/17).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Fabiane Serrão Cortes Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fernanda Portela Lopes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).